

Expressões da branquitude no ensino superior brasileiro

PRISCILA ELISABETE DA SILVA*

ANA HELENA PASSOS**

Resumo: Identificar como se configuram as relações étnico-raciais dentro dos espaços de formação profissional – que são por excelência, lugares reprodutores de relações de poder – é urgente para toda sociedade que deseja agir de modo a vencer as desigualdades, especialmente a étnico-racial e de gênero. Este artigo apresenta alguns dos resultados de um levantamento que foi realizado no primeiro semestre de 2021 com pessoas que finalizaram (ou estão prestes a finalizar) o curso de graduação a fim de captar sua percepção sobre a dinâmica das relações étnico-raciais estabelecidas no espaço acadêmico. Os resultados apontam para a operacionalidade do racismo institucional por meio de quatro dispositivos: currículo, corpo docente, corpo discente e modus operandi das instituições. Nesses âmbitos a branquitude tem se expressado como mecanismo de manutenção de hierarquia de poder baseada na ideia de raça.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; privilégio branco; racismo institucional.

Expressions of whiteness in brazilian higher education.

Abstract: Identifying how ethnic-racial relations are shaped within professional training spaces – which are, par excellence, places that reproduce power relations – is urgent for any society that wishes to act in order to overcome inequalities, especially ethnic-racial and gender ones. This article presents some of the results of a survey carried out in the first half of 2021 with people who completed (or are about to complete) their undergraduate course in order to capture their perception of the dynamics of ethnic-racial relations established in the university. The results point to the operationalization of institutional racism through four devices: curriculum, teaching board, students and institutions' modus operandi. In these areas, whiteness has been expressed as a mechanism for maintaining a hierarchy of power based on the idea of race.

Key words: ethnic-racial relations; white privilege; institutional racism.



* **PRISCILA ELISABETE DA SILVA** é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e autora de *As origens de USP: raça, nação e branquitude na universidade* (2020).



** **ANA HELENA PASSOS** é Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) e autora de *Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013* (2019).

1. Introdução

“Minha formação é em Filosofia e a manutenção do cânone eurocentrado, branco e heteronormativo é um problema concreto nos espaços de formação, seja no currículo, no quadro docente ou discente. Precisamos transformar essa realidade urgentemente combatendo todas as colonialidades (ser, saber, gênero) que assentam o racismo nas instituições de ensino. Obrigada por essa pesquisa!” - Respondente

O Censo da Educação Superior é um importante instrumento para conhecer o perfil das instituições de ensino superior em nosso país. O documento publicado em 2019 apontou um universo de 2.608 Instituições de Educação Superior (IES), sendo 302 públicas (federal, estadual e municipal) e 2.306 privadas com um total de 386.073 docentes¹ (INEP, 2019). A despeito do grande volume de dados apresentados pelo Inep, uma ausência é marcante: a variável “cor/raça” não compõe o perfil de docentes apresentado pela instituição (que considera apenas idade, sexo, escolaridade e regime de trabalho). A ausência da categoria “raça” sem dúvida é um aspecto a ser assinalado, inclusive por sua recorrência em outros anos. Ao analisar os dados do Censo da Educação Superior de 2018, Rios e Mello já apontavam para o problema:

Só conseguimos acessar as informações sobre a cor do quadro docente a partir dos microdados do Inep. Por meio deles, sabemos que, em 2018, no conjunto do corpo docente de ensino superior público e privado do País, apenas 16,4% são pessoas autodeclaradas negras (2% são pretas/os e 14,4%, pardas/os). Em contraste, a maioria

é formada por brancas/os (52,9%)². (RIOS, MELLO, 2019).

Pesquisas sobre desigualdades étnico-raciais no âmbito educacional têm denunciado o fato de não termos dados oficiais sobre o perfil docente nas IES (CARVALHO, 2006; SILVA, 2008 e 2020; SILVA, 2015). Seja devido a negligência das instituições em coletar tais dados (o que não acontece em relação a outros marcadores sociais), seja pela inobservância de órgãos de gestão pública.

Conhecer como se configuram as relações étnico-raciais dentro dos espaços de formação, que sabemos são também importantes espaços de poder, é necessário para qualquer sociedade que deseja agir de modo a vencer as desigualdades de cunho étnico-racial e de gênero contribuindo para uma sociedade verdadeiramente democrática na qual as características fenotípicas não figurem como marcador social de privilégio.

Em termos étnico-raciais há, de fato, um “não dito” no ensino superior brasileiro (SILVA, 2020). Quando pensamos no papel do ensino superior dentro de nossa sociedade, não podemos deixar de

¹ Tal contingente estava distribuído entre Universidade (203.831), Centro Universitário (58.407), Faculdade (97.763), Institutos Federais e Centro Federal de Educação Tecnológica (26.072).

² Destacam que cerca de “1/3 do corpo docente das IES não declara a sua cor/raça nos formulários institucionais, de onde o Inep faz a coleta dos dados”, fato que prejudica, sobremaneira, o conhecimento sobre o perfil étnico-racial do quadro docente das IES no Brasil.

marcar que são espaços que formam quadros técnicos e intelectuais, mas também é onde se forma a identidade cidadã das pessoas. Assim, cabe refletirmos sua configuração demográfica e escolhas epistemológicas para melhor compreendermos a influência que exerce na produção de narrativas hegemônicas que formam e informam nossa realidade social e subjetividades. O fato de não publicizar, de não gerar dados oficiais que materializam a pouca diversidade contribui para que o problema não ganhe materialidade e, com isso, perpetua a lógica de exclusão e privilégio característica da ideologia da branquitude.

Num contexto social em que o racismo tem sido utilizado como argumento para uma visão deturpada de democracia (FINGUERUT e SILVA, 2020) é de fundamental importância analisarmos nossas instituições a fim de identificar por quais caminhos e quais dispositivos estariam trabalhando para perpetuar essa lógica nefasta que, também nos espaços das IES³, tem vitimado cada vez mais pessoas levando até mesmo à morte⁴.

Sendo pesquisadoras da temática racial no Brasil temos nos mobilizado para

³ Sobre expressões do racismo no espaço acadêmico na atualidade ver: "Professor da Unifesp causa revolta ao defender racismo científico em aula". Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-da-unifesp-causa-revolta-ao-defender-racismo-cientifico-em-sala-de-aula/?utm_campaign=newsletter_carta_educacao_08072021&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 09/07/2021.

⁴ Cf. "Em meio ao racismo institucional, aluno negro tira a própria vida na USP". Disponível em: <https://www.geledes.org.br/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/>. Acesso: 02/06/2021.

desvelar os mecanismos que estruturam o racismo em nosso país. Partimos da compreensão de que na sociedade moderna raça é um elemento estrutural e estruturante das dinâmicas sociais, por isso é preciso repensar todos os elementos envolvidos quando evocamos o termo relações étnico-raciais, ou seja, é preciso pensar a branquitude também.

É sabido que o racismo em nossa sociedade tem desenvolvido mecanismos sofisticados para se perpetuar em diferentes contextos históricos. Olhar de forma analítica as instituições sociais, tendo como foco a vigência do racismo como organizador social é uma tarefa mais que urgente. Vários estudos têm apontado para o fato de que a instituição escolar - em todos os níveis - tem sido instrumento de propagação de uma lógica que reproduz a relação entre colonizador/colonizado, isto é, atualizando as hierarquias raciais (DÁVILA, 2006; FONSECA e BARROS, 2016; SILVA, 2020; 2021).

Contudo, ainda há em nossa intelectualidade acadêmica uma tendência em considerar a questão racial como "questão do negro"; "das minorias"; "demanda identitária" e a população negra é vista como objeto de estudo ou tema de pesquisa (e quase nunca identificada como produtora de ciência e análises, inclusive sobre o branco) a despeito de recorrentes estudos denunciarem essa postura (RAMOS, 1957; CARDOSO e MÜLLER, 2017; CARDOSO, 2020).

Este artigo tem por objetivo contribuir para melhor compreensão do racismo no espaço do ensino superior considerando o papel da branquitude na configuração das relações étnico-raciais. A reflexão que expomos aqui apresenta alguns dos principais resultados de um

levantamento⁵ realizado no primeiro semestre de 2021 que visou adensar esse debate.

2. Relações raciais e estudos sobre branquitude no Brasil

É importante destacarmos que as relações de hierarquização racial nascem no processo da própria configuração do modelo civilizatório de modernidade e tem como premissa fundante a ideia de humanidade plena e edificada tendo por referência o homem branco. As relações coloniais são marcadas por processos de hierarquização balizadas por relações de poder-saber⁶.

As relações de poder-saber são, também, apresentadas a partir de outros marcadores de diferenciação como gênero e sexualidade. É importante registrarmos que, raça, gênero e sexualidade são categorias discursivas operacionalizadores das desigualdades e diferenças nas relações sociais. Em outras palavras, branquitude (ou seja, a ideia de superioridade branca determinando as relações de poder entre pessoas brancas e pessoas de outras racialidades), masculinidades (como idioma de poder e hierarquização entre

gêneros nas sociedades) e cis-heteronormatividade (enquanto discurso normativo naturalizado que nega, silencia e invisibilidade outras identidades sexuais), compõem a tríade discursiva da configuração da sociedade moderna (PASSOS et al, 2019). A interseccionalidade dessas narrativas discursivas faz com que tenhamos, por exemplo, o homem branco no topo de aquisição salarial e a mulher negra como basilar da pirâmide social ocupando profissões com baixa remuneração e socialmente desvalorizadas.

Pensando a partir dessa premissa e também na intersecção dessas ideologias que a sociedade forja a ideia iluminista de humanidade sendo esta uma narrativa que afirma que há uma corporeidade racial, de gênero e de sexualidade definida como norma, ou padrão a ser almejado. Afirmação que conduz a representação da humanidade apenas pela racialidade branca, configurando a branquitude.

A branquitude é o conjunto de teorias que, a partir da marcação de raça, inventa uma narrativa discursiva sobre si própria e sobre os Outros (MORRISON, 2019). É uma compreensão, portanto, de que a ideia de humanidade é também um discurso de produção de normas da civilidade moderna. Em outras palavras, uma das expressões do fenômeno da branquitude é acreditar na hegemonia de valores que os sujeitos brancos detêm em relação às outras racialidades, o que colabora para a criação do sujeito político ocidental como padrão ideal.

O Brasil é um país que tem na sua história o legado da escravidão ainda muito presente, tendo em vista ter sido o último país do ocidente a abolir a escravização em 1888. Por causa do processo escravista, o país é constituído

⁵ Importante destacar que o levantamento teve abrangência limitada quando comparado ao universo das IES no Brasil. Cientes desse fato esclarecemos que, longe de afirmar generalizações, buscamos, ao apresentar os dados, chamar a atenção para fatos que estão presentes no ambiente acadêmico e que contribuem para a perpetuação do racismo.

⁶ O conceito poder-saber emerge da produção de conhecimento marcada pela epistemologia do sul. São intelectuais que constroem uma crítica severa ao processo de dominação ideológico da colonização e, entendem que o racismo está contido nas estratégias do empreendimento colonial e reproduz, historicamente, esquemas hierárquicos em que as divisões do saber/poder são marcadas pela interseccionalidade racial, sexual e de gênero. (GROSFUGUEL 2007; 2010 e SANTOS, 2010).

por uma maioria autodeclarada negra (somando-se pessoas pardas e pretas) – cerca de 54% da população – que vive em situações de desigualdade econômica, política, cultural e afetiva em relação à população autodeclarada branca (cerca de 44% da população do país). O racismo estrutural atinge o processo de formação dos brasileiros e das brasileiras desde a primeira formação escolar impactando diretamente na construção da autoestima das crianças negras e brancas. Para as crianças negras o impacto é negativo, pois são vistas como inferiores, já para as crianças brancas é o contrário, suas identidades são positivadas.

É preciso, portanto, para que continuemos a aprofundar o debate e ações de enfrentamento desse quadro de racismo estrutural, entender um pouco mais o que significa **branquitude**. A branquitude, enquanto uma categoria de análise para entender as relações étnico-raciais, é relativamente recente no Brasil. A década de 1990 marca a produção de conhecimento chamada de “Estudos críticos da branquitude”. O que não significa que a reflexão sobre as relações de poder-saber entre pessoas brancas e pessoas de outras racialidades não tivessem sido analisadas por outros autores em outros tempos históricos. Por exemplo, na década de 1950, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos já apontava para os sinais de hierarquização racial explícitos nos trabalhos de renomados pesquisadores brasileiros, classificando como uma patologia do branco o fenômeno de estudar a população negra como objeto (coisa).

Contudo, foi a partir dos anos 90 que o debate ganhou maior visibilidade, especialmente desde a publicação do livro *Branquidade: Identidade Branca e*

multiculturalismo, organizado por Vron Ware (2004), uma coletânea de ensaios que reflete o “poder simbólico da branquitude” em diferentes contextos (internacional e nacional) nos mostrou como é vasto este campo e como ecoa mundialmente. No contexto nacional a publicação do livro: *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2003) organizado por Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone é uma coletânea de estudos que põe em análise crítica o pensamento social sobre as representações construídas em torno do negro partindo do conceito de branquitude e branqueamento. Essas foram as primeiras obras que incluíram a produção de estudos críticos da branquitude como um campo de conhecimento necessário para entender as dinâmicas das relações raciais no país.

A partir de então, temos visto crescer os estudos nesse campo. A produção nacional tem contribuído para reorientar os fóruns sobre desigualdades raciais (PIZZA, 2002; BENTO & CARONE, 2003; MIRANDA, 2006; CARDOSO, 2008, 2010, 2020; CARDOSO e MÜLLER, 2017; SOVIK, 2009; SCHUCMAN, 2012; SILVA, 2014, 2017, 2020; PASSOS, 2014, 2019 e 2020) para citar alguns.

Focando a realidade brasileira, é preciso olhar as particularidades de sua branquitude. Andreas Hobauer entende que “o ideário do branqueamento postula a supremacia branca e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal” (HOFBAUER, 2006, p. 26). Em outros termos, a política de branqueamento é a operacionalização da branquitude brasileira (PASSOS, 2014, 2019, 2020).

Um outro ponto de destaque para entendermos a branquitude brasileira diz respeito aos significados da democracia racial. A democracia racial brasileira é uma ideia discursiva que foi sendo construído entre as décadas de 1930, 1940 e 1950 (HOFBAUER, 2006) pela intelectualidade brasileira da época (formada por pessoas brancas, cisgêneras e do sexo masculino, diga-se de passagem) e afirmada pelo Estado como elemento diferenciador do país. A ideia que está por trás da democracia racial é a de que somos um povo mestiço na cor e na cultura vivendo relações harmônicas. Sua construção está relacionada ao desejo de branqueamento da nação expressa na concepção de miscigenação física e cultural (SILVA, 2008).

Ante ao argumento da democracia racial defende-se que a mestiçagem acaba por oferecer uma igualdade de tratamento entre todas as pessoas, independentemente de sua raça/cor. Contudo, não há uma equidade nessa mestiçagem, pois, em nossa sociedade, os povos de descendência europeia continuam a ser mais valorizados do que os povos de descendência africana e/ou indígena. Por fim, a ideia de democracia racial tem servido como argumento para escamotear as desigualdades baseadas na hierarquia racial que favorece a permanência do grupo racial branco como detentor de privilégios baseados na ideia de raça.

Dessa forma, estudar a branquitude enquanto uma reprodução sistêmica de valores de hierarquia racial entre o grupo racial branco e os “Outros” é fundamental para entendermos o racismo sistêmico do país. Isso implica em um trabalho árduo de entendimento da produção teórica dos estudos críticos da branquitude, como também, construir uma releitura de autores influentes na

produção de conhecimentos sobre a formação social brasileira à luz dessa produção crítica. É preciso também, investir em estudos que retratem a contemporaneidade e as expressões de branquitude no cotidiano das pessoas.

3. Relações raciais no ensino superior brasileiro: expressões da branquitude

3.1 Como chegamos aos dados

O processo de crise sanitária mundial que culminou no isolamento social além de acirrar a violência racial outrora latente, também a tornou mais exposta aos olhos da sociedade. Os casos da morte do norte americano George Floyd, do assassinato do brasileiro João Alberto Freitas e a morte do menino brasileiro Miguel Otávio Santana da Silva são alguns dos exemplos dos modos pelos quais a violência racial se apresenta no cotidiano das relações seja de modo explícito, seja implícito, de modo estrutural e institucional, em ações concretas e/ou simbólicas.

Nessa mesma conjuntura vimos emergir ações em prol do antirracismo mobilizadas por pessoas de diversas identidades. Foi neste cenário que nasceu o web programa *Diálogos pra NÃO passar em branco*⁷ cujo objetivo é discutir criticamente a estrutura da branquitude e sua consequência na manutenção do racismo. Foi dentro desse espaço que nos reencontramos para pensar e dialogar sobre as diferentes expressões da branquitude na sociedade brasileira. Essa reflexão foi fortalecida em outro momento, quando fomos convidadas a pensar sobre branquitudes no espaço universitário⁸.

⁷ Para conhecer sobre o programa acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=Jjf6rUq1orY>. Acesso em: 16.07.2021.

⁸ Nos referimos ao encontro: *Universidade, branquitudes e privilégios* promovido pelo ECA Debate série de encontros que reúnem

O resultado desses encontros nos permitiu olhar para nossas próprias experiências acadêmicas identificando como racismo se expressava por meio da branquitude. Nos questionamos se seriam experiências pontuais. Foi quando surgiu a ideia de realizarmos um levantamento para averiguar se o que vivenciamos também era uma realidade em outras instituições.

Temos visto crescer o número de estudos sobre branquitude e currículo na educação básica, branquitude e espaço escolar, branquitude e os dilemas nas políticas públicas antirracista. Na esfera do ensino superior já temos análises sobre branquitude e educação antirracista (PASSOS, 2012); branquitude na produção do conhecimento acadêmico (LABORNE, 2014); branquitude e pesquisadores brancos acadêmicos (CARDOSO, 2020); branquitude na concepção da universidade (SILVA, 2020). No entanto, entendemos que ainda é preciso ampliar o alcance das pesquisas a fim de que se possa ter uma visão mais panorâmica do ensino superior brasileiro.

Partindo desse pressuposto elaboramos um questionário *on-line*⁹ com objetivo de captar a percepção sobre a dinâmica das relações raciais estabelecidas no espaço acadêmico. Elegemos alguns

pesquisadores e pesquisadoras da USP e especialistas para pensar diversos temas e suas repercussões no contexto da pandemia do novo coronavírus na sociedade. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=xoT9ugbHb1g>. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar a organização do evento, na pessoa da profa. Claudia Lago (ECA-USP), pela importante iniciativa de trazer esse debate para dentro da USP que é uma das principais universidades de nosso país; também agradecemos ao prof. Dennis de Oliveira (ECA-USP) pelo diálogo profícuo oferecido na ocasião.

⁹ No modelo *google form*.

temas para observação: (1) currículo; (2) corpo docente; (3) corpo discente; (4) o *modus operandi* da instituição. Esses temas guiaram a construção do questionário: **“Percepção sobre relações étnico-raciais no ensino superior (graduação)”** composto por 16 questões sendo 15 fechadas (de múltipla escolha) e 1 aberta¹⁰.

O questionário partiu da compreensão de que a branquitude estrutural é pilar das desigualdades raciais e um dos componentes que constitui as relações étnico-raciais. Considerando que a branquitude estrutural se constitui e se afirma na racialização dos “Outros”¹¹ Podemos entender que, pela lógica relacional, falar em relações raciais é, necessariamente, falar da branquitude (SILVA, 2020). A intersecção entre raça e gênero, marcadores sociais fundamentais à compreensão sobre assimetrias de poder, também foi contemplada. O questionário foi direcionado às pessoas com graduação

¹⁰ A primeira versão do questionário continha mais de 30 questões, isso porque procuramos dar conta de vários temas que emergiram ao compartilharmos nossas experiências. Contudo, ao realizar um piloto desse questionário percebemos que estava muito extenso e isso poderia implicar na pouca adesão da/os participantes. Por fim, reduzimos a quantidade de questões pela metade, deixando uma questão aberta para que fosse possível colher sugestões da/os participantes.

¹¹ A ideia de outridade é defendida por autores críticos da empresa colonial e seu legado na sociedade, a exemplo de Frantz Fanon (2020), Grada Kilomba (2020) e Achille Mbembe (2017). Para eles a branquitude forja o lugar de existência e consequentemente a invenção da própria ideia de humanidade. Para Mbembe, o branco é o Eu, ponto de partida da constituição dos valores morais, éticos e estéticos da civilização ocidental, sendo todas as outras pessoas definidas como Outros, forjando, assim, a ideia de outridade, criados na ausência do padrão, que por definição própria do processo de colonização, é branco.

concluída ou prestes a concluir.¹² Ele foi divulgado por meio de nossas redes sociais e de contatos pessoais¹³. Durante um mês e meio esteve aberto colhendo respostas, ao final deste período tivemos adesão de 508 pessoas¹⁴. Os resultados desse levantamento são apresentados e discutidos na sequência.

¹² O recorte temporal escolhido foi da década de 1990 à 2021. Este recorte deu-se por entender que a partir do processo de redemocratização do país, a sociedade brasileira começa a elaborar e discutir, de modo mais sistemático e por força dos movimentos negros, a temática étnico-racial o que culminou na formulação de políticas de ações afirmativas que impactaram diretamente a esfera educacional. São exemplos dessa trajetória: a Marcha Zumbi dos Palmares promovida pelo Movimento Negro (1995); a Conferência Mundial contra o Racismo ocorrida em Durban, África do Sul (2001); Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (2003); a Lei 11.645/08 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (2008); Lei 12.711/12 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (conhecida como Lei de cotas em 2012); a Lei 12.990/14 que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal (2014) e, mais recentemente, a discussão e aprovação de cotas para o ingresso na pós-graduação (a partir de 2015).

¹³ Frisamos que o instrumento foi construído atendendo aos requisitos para pesquisa online. Só teve acesso ao questionário a pessoa que, após ter lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinava-o.

¹⁴ Aqui uma observação relevante: pessoas que tiveram acesso ao convite para responder a pesquisa quando observavam que não estavam dentro do perfil desejado para respondente nos escreviam para deixar marcada a importância da pesquisa, afirmando que iriam divulgar e que aguardavam com ansiedade pelo resultado. A postura de assinalar a importância da pesquisa também foi algo verificado dentre as pessoas respondentes, alguns utilizaram o espaço da questão aberta para tanto.

3.2 Perfil dos respondentes

Como dito anteriormente, o formulário ficou *on-line* nas nossas redes sociais e divulgado por nós e pelas pessoas que, gentilmente, se interessaram pela pesquisa. A construção da pergunta referente a identidade de gênero foi, a princípio, um desafio, por entendermos ser necessário buscar o maior respeito à diversidade de gênero, para que as pessoas pudessem auto-identificar-se, inclusive porque as expressões de branquitude também atingem a negação/afirmação de gênero das pessoas. Assim, optamos por escolher utilizar masculino e feminino juntamente com algumas identidades de gênero¹⁵. Das 505 pessoas que responderam essa questão, 73,3% se declararam mulheres cisgêneras, 24% homens cisgênero; 0,4% mulheres transsexuais, 0,6% não binário e 0,4% gênero fluido.

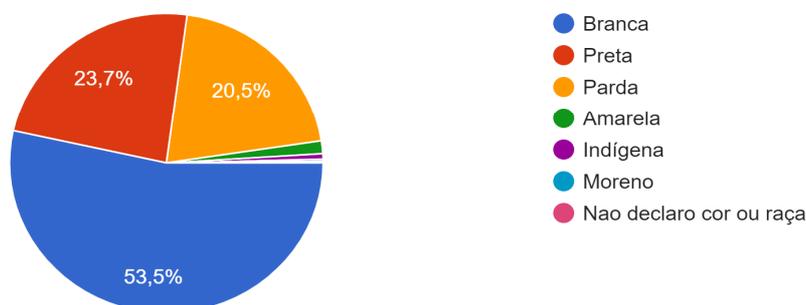
O fato da expressiva adesão de mulheres é algo marcante. Outro fator importante que precisa ser apontado é a hegemonia da cisgeneridade. A cis-heteronormatividade, tal qual a branquitude e a masculinidade, são narrativas hegemônicas que sustentam discursos de superioridade racial, afirmação de poder e, no caso da cis-heteronormatividade, "naturaliza, nega, silencia e invisibiliza outras identidades sexuais e de gênero" (PASSOS, et al, 2019. p.6).

Com relação ao perfil racial, utilizamos as categorias do IBGE e obtivemos os seguintes dados:

¹⁵ Dentre as alternativas havia uma opção em que a pessoa poderia escrever sua identidade, caso não a reconhecesse entre as apresentadas.

2. Conforme categorias do IBGE, você se considera?

507 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Os dados demonstram que mais pessoas brancas responderam ao formulário¹⁶. Em porcentagem temos 53,5% de brancas; 44,2 % de negras (somando pretas e pardas); 1,4% amarelas e 0,6% indígenas. A frequência de pessoas brancas pode estar relacionada a histórica sobrerrepresentação dessa população nos espaços do ensino superior.

Ao interseccionar as respostas de raça e gênero podemos afirmar que mais mulheres brancas responderam nosso formulário. Em relação aos homens não podemos afirmar o mesmo, tendo em vista o número de pretos e pardos ser de 44,2% e o de homens em sua totalidade de 24%. Outro ponto que é necessário frisar é o número muito baixo de pessoas amarelas e indígenas, nos levando a refletir sobre a pouca participação dessas pessoas nos espaços universitários.

¹⁶ É preciso considerar que o alcance do questionário tenha sofrido alguma interferência do perfil de pessoas de nossa rede de relacionamentos, contudo, a julgar pelo potencial das redes sociais em chegar a diferentes perfis de pessoas, entendemos que é possível entender os dados gerados como indicadores válidos já que expressam a realidade das pessoas que responderam.

Em relação a região do país na qual as pessoas respondentes fizeram sua graduação podemos averiguar que 65,3% graduaram-se no sudeste; 19,9% no nordeste; 9,9% no sul; 3,9% no centro-oeste e 1% no norte do país. O fato de a pessoa cursar a graduação num estado não significa, necessariamente, que ela reside nele. Ainda sobre o perfil das pessoas respondentes verificamos que 52,1% concluíram ou estão concluindo sua graduação entre os anos de 2010 até o momento. Já em relação às outras décadas, temos que 32,4% concluíram a graduação entre os anos de 2010 a 2000 e 15,5% entre 1999 a 1990. Ou seja, mais da metade das respostas vieram de pessoas que estão no espaço acadêmico na última década.

Em relação ao tipo de instituição frequentada temos que 50% das pessoas respondentes concluíram ou estão concluindo seus estudos em instituições privadas. Com relação às instituições públicas temos que 26,4% frequentaram instituição pública federal; 21,9% estadual e 1,8% instituição municipal. O dado confere com outros levantados pelo Censo da Educação Superior que mostra predominância da rede privada de ensino (INEP, 2019).

O questionário alcançou todas as áreas do conhecimento Ciências Exatas e da Terra (5,5%); Ciências Biológicas (3,1%); Engenharias (1,6%); Ciências da Saúde (12,6%); Ciências Agrárias (1,4%); Ciências Sociais Aplicadas (15,9%); Ciências Humanas (47,2%) e Linguística, Letras e Artes (12,6%). A área de Ciências humanas teve mais representatividade. O fato de ter representantes em todas as áreas é um dado muito relevante, pois aponta para uma preocupação generalizada, por parte do/as estudantes em contribuir para melhor compreensão sobre as relações raciais no ambiente acadêmico. Já que o interesse em responder foi espontâneo.

3.2.1 Percepção sobre o corpo docente

Partindo de estudos que apontam haver baixa representatividade de docentes negro/as no espaço universitário (SILVA, 2008, 2017 e 2020; SILVA, A. 2015) em nosso levantamento buscamos averiguar se esse fenômeno se verifica na diversidade das instituições em nosso país. Assim, solicitamos aos respondentes que identificassem o perfil (raça-gênero) de seus docentes durante a graduação¹⁷. Do total de respondentes (507) apenas duas pessoas (0,4%) tiveram dificuldade em responder a essa questão, optando pela alternativa “não sabe”.

Em relação a representatividade masculina na docência do ensino superior temos os seguintes dados: 490 pessoas (96,6%) assinalaram que

tem/tiveram docentes brancos na graduação. 207 pessoas (40,8%) afirmaram terem tido docentes negros; 70 (13,8%) destacaram que tiveram docentes orientais (amarelos) e 09 pessoas afirmaram terem tido (1,8%) docentes indígenas.

O dado demonstra que os homens brancos ocupam a docência universitária numa razão bem maior que homens negros, orientais e indígenas (estes estão subrepresentados nesse cargo). A pesquisa reafirmou o que os estudos na temática têm apontado: homens brancos têm ocupado, de maneira contundente, a docência universitária no Brasil, seja em instituições públicas, seja em privadas.

Em relação a representatividade feminina na docência do ensino superior temos os seguintes dados: 437 pessoas (86,2%) assinalaram que tem/tiveram docentes brancas durante a graduação; 178 (35,1%) afirmaram terem tido docentes negras; 75 (14,8%) docentes orientais (amarelas) e 05 (1%) docentes indígenas. Como é possível observar, mulheres brancas são aquelas que mais ocupam - dentre as mulheres - os postos de docência universitária. Contingente que representa mais que o dobro de docentes negras e, em relação às docentes indígenas, a representação chega a ser esmagadora.

Quando cotejamos os dois contingentes identificamos que tanto homens brancos, quanto mulheres brancas estão sobrerrepresentados na docência universitária (em relação aos demais grupos étnicorraciais). Há de se marcar, contudo, que os homens brancos apresentam-se no topo da hierarquia, levando vantagem em relação aos demais grupos.

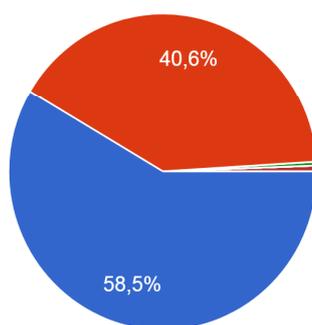
Fato a ser destacado é a porcentagem de pessoas que afirmaram terem tido

¹⁷ A pergunta foi: “Durante a sua formação na graduação, considerando aspectos de gênero e raça dos seus professores você teve: (É possível marcar mais de uma opção)” e seguia as alternativas? “Professores negros; Professores brancos; Professores amarelos (asiáticos); Professores indígenas; Professoras negras; Professoras brancas; Professoras amarelas (asiáticas); Professoras indígenas”.

docentes negros e negras durante sua graduação (40,8% e 35,1% respectivamente). Ainda que o universo da pesquisa seja restrito, o percentual é um bom indicativo, contudo, é importante destacar que este dado indica alguma representatividade, não indica regularidade dessa representação¹⁸. Dito de outro modo, se a pessoa teve um professor negro ou uma professora negra em todo o seu curso de graduação (quatro ou cinco anos) já teria condições de assinalar essa alternativa. Assim procuramos especificar um pouco mais esse universo e fizemos a seguinte pergunta:

8. Na sua percepção, durante a sua graduação em termos quantitativos você teve mais professores:

508 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Na percepção das pessoas respondentes seus/suas docentes foram majoritariamente branco/as, prevalecendo o gênero masculino. Fato que confirma que a maioria dos docentes que lecionam nos cursos de

graduação (públicos e privados) é composta por homens brancos, seguidos por mulheres brancas. Ainda que timidamente tenhamos a presença de outros grupos étnicorraciais nesses espaços, ainda não é possível afirmar que temos equidade em termos de diversidade no corpo docente que compõe o ensino superior brasileiro. Essa afirmação é corroborada pelos próprios respondentes que fizeram questão de deixar registrada sua percepção sobre o tema, assim deixam como sugestão para mudança na instituição que frequentou¹⁹.

“Um número maior de Professores não brancos.” - Respondente

“Sim, trabalho na IES onde conclui a graduação e a Pós, não há representatividade com corpo docente nem tão pouco colaboradores. É necessário abrir espaço.” - Respondente

“Mais professoras brancas” - Respondente

“Mais professoras brancas” - Respondente

“Indispensável a presença de professorxs negrxs e indígenas na instituição” - Respondente

Gostaria de ter mais professorxs negras e indígenas e que a branquitude enquanto campo de estudos fosse mais abordada e problematizada - Respondente

¹⁸ Segundo dados do Inep em 2018 o ensino superior brasileiro tinha 16,4% de docentes negros (somando-se pretos e pardos) e 52,9% de docentes brancos. Cf.: **Negros representam apenas 16% dos professores universitários.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acessado em: 11/07/21.

¹⁹ No formulário havia uma questão aberta com o seguinte enunciado: “Em termos étnico-raciais você gostaria de sugerir alguma mudança na Faculdade/Universidade que frequenta/frequentou?”. Esse espaço foi utilizado por 310 pessoas e as manifestações foram desde afirmar a importância da pesquisa, enriquecer com depoimentos alguns dos temas tratados no questionário até apresentar importantes sugestões. Uma parte desse material apresentaremos a partir de agora.

mudança nas IES.

Podemos inferir a partir desses dados e da literatura a respeito que uma das formas de identificar a operacionalidade da branquitude no ensino superior é observar a configuração do corpo docente. O corpo docente universitário historicamente tem sido constituído reproduzindo a hierarquização étnico-racial que está na base da concepção das instituições modernas. Importante destacar que, uma das implicações desse quadro é a ocupação das diversas instâncias de poder dentro da instituição (cargos de chefia no âmbito institucional e de pesquisa, por exemplo). O que por si favorece o pacto da branquitude (BENTO, 2009).

Outro fator relevante sobre os significados da manutenção da branquitude a partir do maior número de pessoas brancas no corpo docente tem a ver com a perspectiva cultural que está relacionada com a experiência social e cultural, ou seja, o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de *habitus* (BOURDIEU, 1974). Fazer parte de um grupo étnico-racial numa sociedade racializada implica em experiências que formam a subjetividade. No caso da docência essas também orientam a

perspectiva epistêmica tão cara a essa profissão. O que acarreta em escolhas, nunca arbitrárias, de autore/as, e teorias que recorrem para entender a realidade.

Analisado por um outro ângulo, a pouca diversidade étnico-racial na docência universitária é danosa por impedir o processo de contranarrativa a uma única versão sobre o que é a sociedade, a humanidade e os conhecimentos científicos. Ou seja, incorremos no perigo da história única (ADICHIE, 2018) que é sustentado pela branquitude.

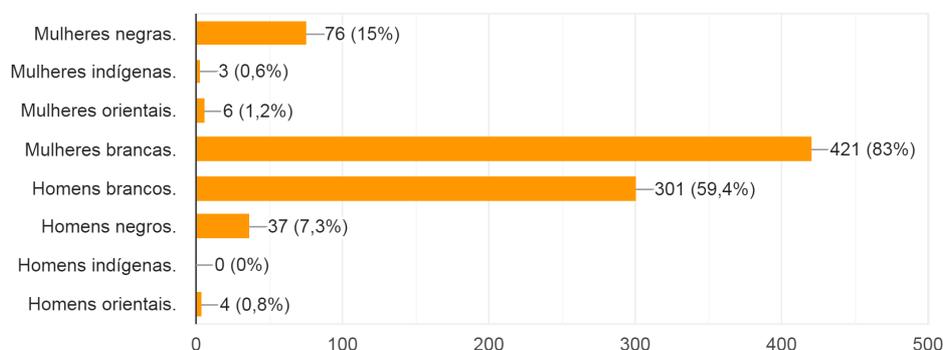
3.2.2 Percepção sobre o corpo discente

O perfil discente nas IES em nosso país tem um histórico de pouca diversidade, no entanto, as políticas de ações afirmativas engendradas a partir da primeira década do século XXI têm motivado modificações favorecendo, de modo geral, maior diversidade no corpo discente o que, por sua vez, impacta as relações étnicorraciais nessas instituições.

Tendo em vista o foco de nosso estudo, buscamos aferir a percepção dos respondentes também em relação ao corpo discente, assim questionamos:

9. Ao longo de sua graduação qual foi (ou é) o perfil de raça e gênero que mais representa o/as estudantes de seu curso? (É possível marcar mais de uma opção):

507 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A concentração de respostas aponta para um perfil de estudantes bem demarcado: pessoas brancas (homens e mulheres)²⁰. Com destaque para mulheres brancas. Importante destacar que o levantamento atingiu diferentes áreas de formação tendo, contudo, mais aderência de pessoas formadas em Ciências Humanas. Historicamente as Ciências Humanas têm sido uma área onde há maior concentração de mulheres e pessoas negras (SILVA, 2008).

A partir dos dados podemos afirmar que uma expressão de branquitude que se apresenta a partir da falta de pluralidade étnico-racial na discência é a afirmação do princípio da ausência. “Este princípio da ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo. [...] o existente passa a ausente e deixa de existir” (KILOMBA, 2020, p. 14). Quando a autora fez referência a este princípio no prefácio do livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*, reeditado recentemente pela editora UBU, ela denuncia a falta de literatura negra na Universidade de Lisboa, em Portugal. Denúncia que também cabe em nossa realidade visto a escassez de literatura negra nas bibliotecas e nos currículos universitários. É uma ausência que vai sendo sentida não só nos bancos universitários, mas também nos bancos da pós-graduação, nos nomes de cientistas, nas profissões de nível superior, e segue impactando.

Dito de outra forma, a averiguação desse estudo demonstra que o fato de as universidades públicas e privadas ainda serem espaços majoritariamente branco - a despeito das mudanças estabelecidas pelas ações afirmativas em curso - faz

²⁰ É preciso considerar o alcance do levantamento realizado e o perfil das pessoas respondentes.

com que as poucas representatividades negras e/ou indígenas sejam tanto assimiladas quanto invisibilizadas por força da grande massa embranquecida, tornando, como diz Kilomba, o existente em ausente. Ou seja, reproduzem a miragem de existência única e normativa da branquitude.²¹

3.2.3 Percepção sobre o *modus operandi* da instituição: racismo institucional

Para combater o racismo é necessário conhecer os meios pelos quais ele se engendra na instituição e se reproduz. Perceber sua presença é fundamental para sua superação. No questionário procuramos apreender a percepção das pessoas acerca da presença (ou não) do racismo na instituição frequentada. De modo que perguntamos: “*Durante a graduação, com base em sua experiência, você percebeu/percebe racismo na Faculdade/Universidade?*”²² (23,5%) afirmou não perceberem racismo e (11,9%) afirmou não lembrar de situações de racismo. Contudo, grande parte declarou ter percebido situações de racismo durante o período de graduação. As três opções mais assinaladas foram: na relação entre estudantes 51,8%; na relação entre estudante/professor(a) 41,3%; na relação entre estudante/funcionário(a)s 36%. Do que é possível depreender que as relações interpessoais dentro do

²¹ Aqui é importante ressaltar a existência e importância dos núcleos de estudos africanos e afro-brasileiros dentro das universidades, seja do ponto de vista da afirmação identitária, quanto da luta antirracista. A produção que nasce desses espaços coletivos é de extrema relevância para a ampliação de conhecimentos contra-hegemônicos e decoloniais. Junto a isso, é preciso frisar a importância da luta antirracista desses coletivos e a busca por igualdade de oportunidade e implementação de ações afirmativas.

²² 506 pessoas responderam essa questão. Era possível assinalar mais de uma opção.

espaço acadêmico precisam ser cuidadosamente consideradas como espaços pelos quais o racismo tem se perpetuado dentro da instituição.

Essa questão dava a possibilidade de a pessoa apresentar outra resposta que não estivesse contemplada dentre as alternativas oferecidas. Destacamos algumas:

“O racismo se expressava na quase completa ausência de pessoas negras no corpo docente e na minha turma. A única pessoa negra da turma não concluiu o curso.” - Respondente

“Percebi na relação estudante – pacientes.” - Respondente

“Não percebi racismo individual, mas institucional. Apesar de ter sido na Bahia, havia mais professores brancos, do que negros.” - Respondente

“Na época percebi, na pouca presença de alunos negrxs, não nas relações. Hoje percebo a presença nula de professores negrxs.” - Respondente

“Racismo em si, não me recordo. Mas na graduação duas situações referente a classe me marcou muito, apesar de não ter sido diretamente comigo. Como muitas vezes a raça informa classe, decido por dividir aqui. Na primeira situação, a maioria dos estudantes tinha muita dificuldade na disciplina de matemática financeira. Em determinado momento, uma colega (não-branca) pergunta ao professor como ele chegou àquele resultado. A resposta do docente foi que aquele era um conhecimento básico e pré-requisito para estar ali, ao passo

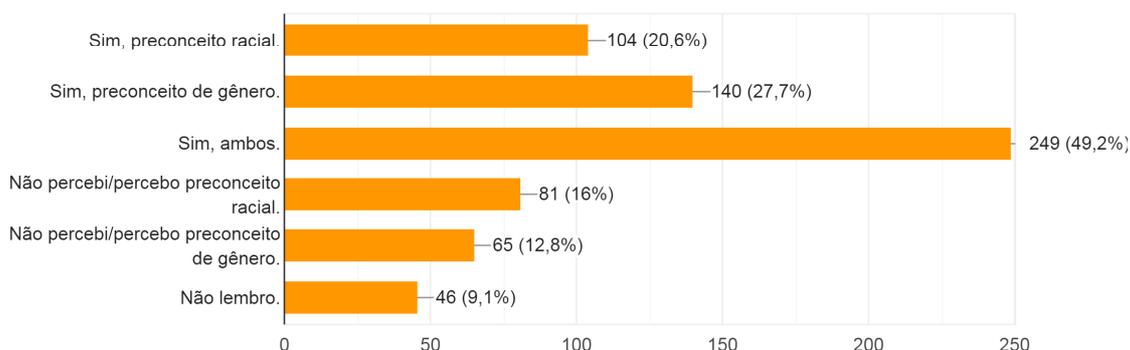
que a colega responde que estudou a vida toda em escola pública e faltava professores de matemática, química, física, entre outros. A colega sai chorando da sala. A segunda situação foi na disciplina de psicologia organizacional e o professor levanta o debate em sala (minha graduação foi de 2012 a 2016) sobre as cotas e se isso ocasionaria um baixo rendimento dos estudantes. O docente começa a perguntar a opinião dos discentes sobre o que pensavam das cotas e suas consequências. Eu me posicionei a favor das cotas e o docente questionou se eu vinha de escola pública. Não, estudei minha vida toda em escola particular de bairro. Neste dia, o docente deixou transparecer que talvez alunos cotistas rendessem menos.” - Respondente

Os estudos teóricos que referenciamos neste artigo têm mostrado a importância de considerarmos o papel que o racismo tem desempenhado na estruturação do ensino superior brasileiro. Os dados acima reforçam a tese de que o racismo tem feito parte das relações estabelecidas no contexto do ensino superior se manifestando nas entrelinhas, mas de maneira eficiente vem favorecendo a manutenção de um sistema que reafirma a hierarquia racial estabelecendo os lugares e os limites conforme a raça dos sujeitos.

O racismo tem se expressado no contexto do ensino superior também por meio do preconceito racial e de gênero. Quando perguntamos: *“Na sua percepção o preconceito racial e de gênero fizeram/fazem parte das relações interpessoais durante sua graduação?”*

11. Na sua percepção o preconceito racial e de gênero fizeram/fazem parte das relações interpessoais durante sua graduação? (É possível marcar mais de uma opção):

506 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Verifica-se que o ensino superior brasileiro também é um espaço em que se manifestam preconceitos como o racial e de gênero. Dito de outro modo, mesmo espaços de elaboração da crítica e apresentação de novas possibilidades para aprimorar a experiência humana (como pode ser entendido o papel da ciência) ainda percebemos expressões de branquitude sendo operacionalizada a partir de preconceitos de raça e gênero, corroborando para a manutenção de poder pelas pessoas que recebem privilégios a partir desses marcadores sociais. Esse dado indica, sobretudo, a importância de ações que considerem a intersecção entre raça e gênero como elemento relevante na compreensão das assimetrias de poder que incidem também no espaço acadêmico.

Onde há racismo, há expressões de violências. No espaço universitário não tem sido diferente. As respostas obtidas indicam a atuação, sobretudo, da violência moral nas relações interpessoais. Ao perguntarmos: *"Dentro de sua experiência na graduação já passou por alguma forma de violência por ser negro(a) ou*

*indígena?"*²³ 17,3% afirmaram terem tido experiência de violência moral (a exemplo de piadas, descrença intelectual) por parte dos estudantes e 15,9% assinalaram violência moral por parte dos docentes.

Tratamento das questões raciais e de gênero, pois muitos docentes acham que só alunos e professores brancos e do gênero masculino tem potencial para alcançar os objetivos. - Respondente

Formas mais eficientes de denunciar racismo na universidade e de ter cuidado com a saúde mental-física da estudante não branca/branco/branque. - Respondente

Importante destacar que esse dado corrobora com outros que estão sendo levantados acerca da convivência dentro do espaço universitário²⁴. Tem-se verificado a produção e reprodução de

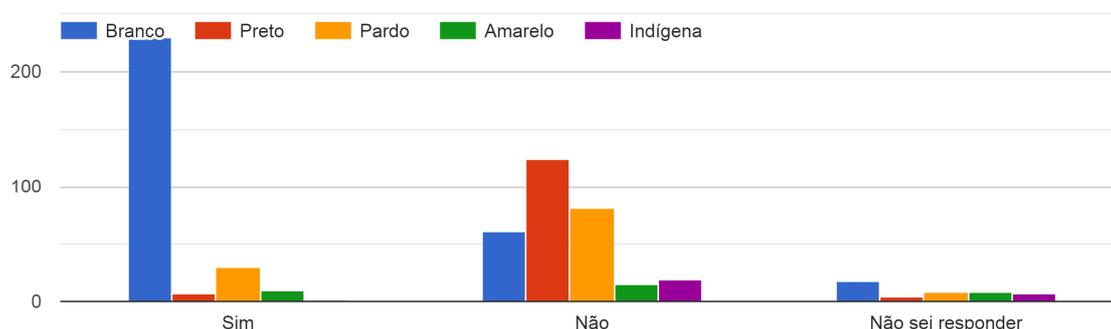
²³ Dado o perfil geral do/as respondentes, cerca da metade não respondeu a questão por não ser negro/a ou indígena. A questão dava a possibilidade de marcar mais de uma opção.

²⁴ Referimo-nos ao estudo "Interações na USP" (2018). Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/para-mais-da-metade-dos-estudantes-usp-e-machista-e-racista/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

violências nesses espaços com frequência relacionadas ao racismo e machismo. A violência moral é constantemente a mais citada por estudantes, mas outras como física e sexual também são mencionadas.

A percepção sobre a existência de uma correlação entre características fenotípicas (raça) e vantagens (privilégios) no espaço acadêmico foi notada pelos participantes de nossa pesquisa. Fizemos a seguinte pergunta:

12. A partir da sua auto-classificação (segundo categorias do IBGE), durante sua graduação você se percebeu/percebe privilegiado/a (ou com vantagens) por causa de sua cor/raça?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Chamamos a atenção para o fato de que poucas pessoas não souberam responder a essa questão (17 pessoas brancas; 04 pretas; 08 pardas; 08 amarelas e 07 indígenas). Dentro do grupo de pessoas que perceberam-se privilegiadas durante a graduação devido a sua cor/raça 229 são brancas; 07 pretas; 29 pardas e 09 amarelas. Nenhuma pessoa indígena assinalou essa alternativa. Lembramos que 53,5% das pessoas respondentes se autodeclararam brancas, 44,2% negras e 0,6 indígenas.

No grupo de pessoas que não percebeu/percebe privilégio (vantagens) relacionadas a sua cor/raça temos 61 (brancas); 124 (pretas); 81 (pardas); 15 (amarelas) e 19 (indígenas).

Quando lemos os dados em conjunto, a concentração das pessoas brancas se destaca dentre aquelas que perceberam terem vantagens por serem brancas. Já as pessoas negras (pretas e pardas)

concentram-se no grupo daquelas que não percebeu/percebe privilégio (vantagens) relacionadas a sua cor/raça.

Dos dados podemos inferir que há indicação de uma compreensão sobre a lógica racial presente também no espaço acadêmico e seus impactos para o sucesso ou fracasso dos indivíduos. Em 1988, a feminista Peggy McIntosh forjou o conceito de privilégio branco quando escreveu um artigo chamado “White privilege and male privilege: a personal account of coming to see correspondences through work in women’s studies”.²⁵ Essa foi a primeira

²⁵ Não existe tradução deste artigo para o português, mas a tradutora Pette Rissati traduziu o livro Supremacia Branca: como reconhecer seus privilégios, combater o racismo e mudar o mundo, de Layla F. Saad onde podemos encontrar uma tradução desse título como “Privilégio branco e privilégio masculino: um relato pessoal de como encontrar

vez que o conceito apareceu para descrever as vantagens adquiridas pelas pessoas brancas por causa de sua raça, mas é importante pensar que isso sempre existiu, mesmo antes de tornar-se um conceito de estudo pelas feministas brancas americanas. A ideia de privilégio, como aponta Layla F. Saad em diálogo com McIntosh serve para entendermos a maneira como as pessoas brancas recebem vantagens não relacionadas ao mérito, mas devida à branquitude.

Os dados demonstram que as pessoas brancas sabem que recebem vantagens por causa da sua raça. O privilégio branco, como uma das expressões de branquitude, se apresenta no espaço acadêmico como uma forma de operacionalidade do racismo e seus desdobramentos que, no limite, avança o grupo racial branco em detrimento dos demais reproduzindo a hierarquia racial.

Esse debate, percebido em sua complexidade, também nos atenta para uma questão muito debatida nos estudos críticos de branquitude que é a percepção de marcação de racialidade branca. Há quem defenda que as pessoas brancas não se enxergam racializadas e, imbuídas em discursos universalistas acreditam que não existe racismo, se isentando de uma participação mais efetiva na luta pela igualdade de oportunidade para todas as pessoas. Há, também, quem argumente que as pessoas brancas enxergam sua racialidade, mas mesmo assim, por escolha ou por ideologia silenciam diante do combate ao racismo. Existem ainda pessoas brancas que têm consciência de sua racialidade, participam da luta antirracista e entendem que é preciso travar uma

correspondências no trabalho de estudos feministas”.

batalha com relação a branquitude estrutural e o racismo sistêmico.

3.2.4 Percepção sobre o currículo

Um dos temas que mais foi mencionado na questão aberta dizia respeito ao currículo. Foram muitas as pessoas que mencionaram a necessidade de alterar o currículo do curso frequentado²⁶, pois não foram trabalhadas (ou foram de maneira insuficiente) outras epistemologias além da eurocêntrica. Abaixo reproduzimos algumas falas contundentes:

“É muito importante que o corpo docente se diversifique, a maior parte dos professores são brancos e reproduzem o mesmo conteúdo... tive aulas com professores e professoras negras e indígenas apenas porque procurei disciplinas que não estavam na ementa obrigatória, em projetos como o de saberes tradicionais, que se abre para outros saberes e mestres.

É necessário também que todas as disciplinas sejam reestruturadas a partir de uma visão consciente sobre a questão étnico-racial. Enxergo que a maior parte do conteúdo programático não leva em consideração outras culturas... etnias, apenas repetem o modelo branco eurocentrado que foi passado, sem questionamentos... o que faz com que se reproduza uma concepção sobre arte e cultura muito limitada (no caso do meu curso que é artes visuais).

Também acho importante alguma comissão que cuide e observe melhor as relações entre professores e alunos negros e indígenas pois não foram poucas as vezes que presenciei e ouvi casos

²⁶ A questão aberta teve 310 respondentes. Destes, 102 pessoas mencionaram a necessária mudança no currículo de seu curso a fim de contemplar a diversidade epistemológica.

de perseguição, marcação e violências veladas que poderiam passar como despreziosas, mas que na verdade eram formas de racismo contra esses estudantes.” - Respondente

“Sim. A disciplina de História da Arte apresentada na minha graduação, não fez nenhuma referência à Arte Afro Brasileira, nem tão pouco qualquer menção à Arte Africana. A História da Arte, ainda hoje, se refere à única e hegemônica produção europeia de artes plásticas.” - Respondente

“Incluir autores e autoras negras, indígenas na bibliografia dos cursos de pedagogia, artes visuais.” - Respondente

“Sim, a inclusão de discussões sobre as questões raciais e de gênero que estruturam e aprofundam as desigualdades sociais no país. Inacreditável passar por um curso de Economia sem esse tipo de discussão.” - Respondente

“Eu sugeriria, que nas faculdades de Desenho Industrial e artes em geral no Brasil, incluíssem mais material de expressões artísticas étnico-raciais. Nosso povo é muito rico em expressões artísticas bidimensionais e tridimensionais, justamente por nossa diversidade étnica. Seria formidável ter a oportunidade de aprender mais sobre arte africana e afro-brasileira, arte indígena, arte portuguesa, arte japonesa e todos os povos que ajudaram a construir a nação.” - Respondente

“Na faculdade de letras, é necessário ler mais autores negros (ir além de Machado de Assis, ler escritoras negras) literatura marginal e rap.” - Respondente

“Sim, gostaria de um diálogo múltiplo nas epistemologias existentes. Decoloniais. Que

respeitassem os diversos saberes existentes.” - Respondente

“Sim, curso sobre branquitude e violências estruturais e simbólicas.” - Respondente

“Do tempo da minha formação para agora tivemos algumas mudanças... o sistema de cotas tornou a universidade mais diversa e obrigou professores e professoras a lidarem com isso, mas ainda estamos longe do ideal, principalmente no que diz respeito a referência de autores e autoras negras e indígenas e ao estudo de outras epistemologias que não seja a eurocêntrica.” - Respondente

É possível perceber que o currículo tem sido um dos locais de perpetuação da lógica eurocêntrica que, por sua vez, está relacionada à perpetuação de uma visão de mundo que desconsidera como potência outras epistemologias. A ideia de ciência em si deveria considerar diferentes formas de percepção do objeto, pois diferentes perspectivas de mundo favorecem, inegavelmente, a própria noção de ciência e, conseqüentemente, de compreensão sobre a realidade.

Pessoas de diferentes formações (Direito, Economia, Pedagogia, Administração, Letras, Arquitetura e Urbanismo, Filosofia, Psicologia, Ciências Biológicas) fizeram questão de sugerir que a grade de seus cursos fosse modificada para incluir o debate sobre a realidade brasileira considerando todas as suas matrizes étnico-raciais. O currículo eurocêntrico pode ser entendido como um dos principais mecanismos para reprodução da branquitude no ambiente acadêmico, não é por acaso que cresce a pressão por parte do/as estudantes em romper com essa estratégia.

4. Considerações finais

Ao longo de algumas décadas vivenciamos experiências que nos suscitaram a necessidade de encarar de frente o tema do racismo presente nos espaços de poder-saber que é o ensino superior (SILVA, 2018; 2020; PASSOS, 2019, PASSOS & PRANDINI, 2020).

Este artigo objetivou contribuir para melhor compreensão sobre o ensino superior brasileiro sob o enfoque das relações étnico-raciais. Ao realizar um levantamento sobre relações étnico-raciais no ensino superior (nível graduação) foi possível não só validar nossas percepções sobre os entraves de ordem racial que se fazem presentes nestes espaços, como também aprofundar nosso conhecimento - agora de maneira um pouco mais extensa - em relação a como o racismo tem operado no cotidiano de instituições do ensino superior no Brasil.

Foi possível desanuviar a operacionalidade da branquitude ao identificar dispositivos que têm agido para perpetuar a lógica racial de reprodução de assimetrias de poder baseadas na ideia de raça. Refletindo sobre suas relações cotidianas nosso/as respondentes indicaram para onde precisamos direcionar nossa atenção. Expressões da branquitude são sentidas *no currículo* que tem sido pensado apenas a partir de uma perspectiva eurocêntrica de ciência reafirmando os valores que a branquitude impõe como norma. É importante entendermos que essa tem sido uma escolha racional e racial. Na sociedade atual em que se deseja construir um viver mais equânime é imperativo realizar ciência considerando outras perspectivas epistêmicas, diferentes formas de ver o mundo, de compreendê-lo o que é

possível com o reconhecimento dos saberes das diferentes culturas.

Expressões da branquitude são sentidas na *composição do corpo docente* que tem se mantido, na quase totalidade das instituições, com um perfil marcadamente branco e masculino. O que indica que há uma reprodução de hierarquias que se interpõem (gênero e raça) favorecendo vantagens sociais e a manutenção dos privilégios.

Expressões da branquitude são sentidas nas relações estabelecidas entre *o corpo discente* (nas diferentes interações com a comunidade acadêmica; estudante-estudante; estudante-docente; estudante-funcionário/as). Assim como ocorre na docência, a ausência de diversidade étnico-racial no corpo discente empobrece a qualidade da formação tanto subjetiva (identitária) quanto objetiva (produção de conhecimento) e, ao mesmo tempo, contribui para legitimar a ideia de que, na sociedade, há lugares que são para brancos, pois se sentem confortáveis e se reconhecem e lugares para os “Outros”. Sendo essa uma estratégia de invisibilização do potencial de outros indivíduos portadores de outras culturas. Importante destacar que com as políticas de ações afirmativas vimos uma mudança no perfil discente o que, por sua vez, vem produzindo impactos em cadeia desafiando a estrutura da instituição.

Por fim, expressões da branquitude são sentidas *no modus operandi da instituição*, isto é, no modo como tem lidado com as relações étnico-raciais internamente. Os dados indicam que as instituições ainda não estão plenamente conscientes da necessidade de considerar a diversidade étnico-racial como norma e potencial criativo. Foi identificado que há racismo institucional (como comprova os

dispositivos que aqui ressaltamos). Observamos uma demanda muito forte em relação a necessidade de se agir de maneira estrutural e institucional para além de ações pontuais já realizadas.

O levantamento nos mostra que as IES têm reproduzido a ideologia da branquitude. Marcadores como gênero e raça e sua intersecção se mostraram importantes para melhor compreender as desigualdades e as violências reproduzidas. Entendemos que é relevante considerar os estudos críticos da branquitude para ampliar nosso olhar sobre como compreendemos as relações étnico-raciais. Nosso levantamento apontou para o fato de que, ao refletir sobre relações étnico-raciais o/as respondentes identificaram elementos constituintes da branquitude.

Em nosso levantamento perguntamos: “Em termos étnico-raciais você gostaria de sugerir alguma mudança na Faculdade/Universidade que frequenta/frequentou?”, mais da metade das pessoas respondentes (310 indivíduos) fizeram questão de assinalar sugestões, o que demonstra, por si só, preocupação e desejo de mudança.

“Sim, ampliação do corpo docente e discente de sujeitos racializados, compra de livros sobre os temas para o acervo da biblioteca e empenho dos professores em apresentar outras versões da história, além de se implicarem em abordar a questão em qualquer disciplina, afinal moramos no Brasil.” - Respondente

“Sim, a inclusão da temática no conteúdo do curso de Arquitetura e Urbanismo, tanto sobre relações raciais em si quanto sobre as arquiteturas, realidades e epistemologias de outras matrizes que não a europeia. Além de medidas de combate ao racismo institucional e o aumento de

professores negro/as.” - Respondente

“Formação para os professores sobre a temática. Para aplicarem um olhar transversal sobre o tema.” - Respondente

“Que a academia se preocupasse em ser mais diversa, compreendendo que há mais de uma forma de aprender e registrar conhecimentos. Sinto falta da oralidade tão própria na formação do povo brasileiro e do reconhecimento da “escrivência” de Conceição Evaristo. - Respondente

Ao lado de colegas negras, iniciamos o debate sobre a necessidade de uma política de cotas sociais e étnico-raciais nas bolsas de estudo (CAPES e FUNCAP) no programa de pós-graduação em que fiz o doutorado. Após um semestre de discussões, conseguimos aprovar no colegiado um edital com pontuação que leva em conta esses aspectos, favorecendo o acesso de estudantes de escolas públicas e pessoas negras e indígenas às bolsas. Acredito que propostas como essa são importantes para garantir a permanência e conclusão do curso para essas pessoas. Além disso, acredito que é necessário um debate mais profundo acerca das estruturas curriculares, com o intuito de ampliar a discussão sobre o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, assimilando a reflexão sobre as relações étnico-raciais e de gênero em nosso país e especificamente na formação acadêmica. Parabenizo as pesquisadoras por este esforço de pesquisa, certo de sua relevância para a transformação dessas relações tão desiguais em nossos espaços de formação e em nossa sociedade como um todo.” -

Respondente

Fica evidenciado que a comunidade acadêmica, se assim desejar, consegue tanto identificar os entraves quanto propor soluções. Nossa experiência no espaço acadêmico (como discentes, docentes e pesquisadoras) nos indicava que as relações étnico-raciais nesses espaços precisavam ser melhor trabalhadas. A partir desse singelo estudo temos a confirmação que continua sendo necessário repensar o ensino superior a partir da realidade brasileira. A cultura do “não dito” não tem favorecido essa auto-reflexão e a mudança necessária, ao contrário, tem reforçado estereótipos que, no limite, atribuem a responsabilidade de um problema estrutural aos indivíduos de forma particular causando ainda mais danos.

Referências

- BOURDIEU, P.. **A economia das trocas simbólicas** (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CARDOSO, L.. **O Branco Ante a Rebeldia do Desejo: Um Estudo sobre o Pesquisador Branco que Possui o Negro como Objeto Científico Tradicional: A Branquitude Acadêmica**. Curitiba; Appris, 2020.
- D'ÁVILA, J.. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- EDDO-LODGE, R.. **Por que eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- FANON, F.. **Peles negras, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FINGUERUT, A.; SILVA, P. E. da. Crise democrática e racismo no Brasil. In: Dossiê Crise e novos rumos da democracia. **Revista Ambivalências**, v. 8, n. 16, p-56-87, (2020).
- FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.
- GROSFUGUEL, R. Cambios conceptuales desde la perspectiva del sistema-mundo: del capitalismo al neoliberalismo. In: AMYA VILLA & BONILLA GRUESO. **Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional. 2008.
- HOFBAUER, A.. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior - Notas estatísticas**, 2019.
- KILOMBA, G.. **Memórias da Plantação, Episódios de Racismo Cotidiano**. Editora Cobogó. 2020.
- QUIJANO, A.. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires. CLACSO, 2014.
- MACEDO, Y. M. (orgs). **A universalização transversal: múltiplos olhares educativos, 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.**
- MBEMBE, A.. **Políticas de Inimizade**. Lisboa, Antígona Editores Refractários, 2017.
- MCINTOSH, P.. **White privilege and male privilege: a personal account of coming to see correspondences trough work in women's studies**. College Art, 1988. Disponível em: www.collegeart.org/pdf/diversity/white-privilege-and-male-privilege.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2021.
- MISKOLCI, R.. **O desejo da nação: masculinidades e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo, Annablume, 2012.
- MORRISON, T.. **A origem dos outros: Seis ensaios sobre o racismo e a literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- MÜLLER, T; CARDOSO, L. C. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
- PASSOS, A. H. I.. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013**. Porto Seguro: Editora Oyá, 2019.

_____. Relações raciais, gênero e o alcance do afeto: a branquitude como alvo e a educação antirracista como caminho. In ALVES, Simone Silva & PASSOS, Ana Helena Ithamar, PUCINELLI, Bruno, ROSA, Waldemir. As Narrativas Hegemônicas como Normativas Excludentes: Raça, Gênero e Sexualidade. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. Nº 8, julho, 2019.

RAMOS, A. G. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

RIOS, F.a; MELLO, L.. **Estudantes e docentes negros/os nas instituições de ensino superior: em busca da diversidade étnico-racial nos espaços de formação acadêmica no Brasil**. Disponível em: <https://boletimluciano.org/estudantes-e-docentes-negros-os-nas-instituicoes-de-ensino-superior-em-busca-da-diversidade-etnico-racial-nos-espacos-de-formacao-academica-no-brasil/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SAAD, L. F. **Eu e a Supremacia branca: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SANTOS, B. de S. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, P. E. da. **Professor Negro universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados**. 220 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

SILVA, P. E. da. **CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DA BRANQUITUDE NO BRASIL: E ENSINO SUPERIOR**. **Revista da Associação Brasileira**

de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p. 08-29, jun. 2014. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/148>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, P. E. da. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. In: MÜLLER, T; CARDOSO, L. C. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP: raça, nação e branquitude na universidade**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, P. E. da. O potencial de práticas decoloniais na formação docente. In: ITAÚ SOCIAL ET AL. **Equidade Racial na Educação Básica: artigos científicos** [recurso eletrônico]. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, V. A.. **Cores da tradição: Uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração do seu corpo docente**. 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SILVA, T. D.. **AÇÃO AFIRMATIVA E POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERFIL DISCENTE. Texto para discussão 2569**; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

SKIDMORE, T.. **Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em 2021-07-30
Publicado em 2021-09-01